

POLÍTICAS COGNITIVAS DA PSICOLOGIA COMUNITÁRIA: A MEIO CAMINHO ENTRE A RECOGNIÇÃO E A INVENÇÃO*

COGNITIVE POLITICS ON COMMUNITY PSYCHOLOGY: HALF-WAY BETWEEN RECOGNITION AND INVENTION

Tatiana Gomes da Rocha

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

Francisco Pablo Huascar Aragão Pinheiro

Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Brasil

RESUMO

O artigo discute como as práticas em psicologia comunitária constituem um campo de produção de subjetividade, atentando para as políticas cognitivas derivadas de seus pressupostos epistemológicos, teóricos e políticos. Observa-se o compromisso de transformação social defendido por esta área da psicologia, ressaltando seus efeitos para a subjetividade produzida em comunidades. A partir das considerações levantadas, observou-se que a ideia de conscientização, bem como a concepção dos conflitos a partir de um esquema opressor-oprimido, dentre outros aspectos, incorrem em políticas recognitivas. Por outro lado, a postura dialógica do psicólogo comunitário, além da valorização atribuída às potencialidades existentes nos espaços populares, aproxima-se de uma política da invenção.

Palavras-chave: psicologia comunitária; produção de subjetividade; políticas cognitivas

ABSTRACT

The paper discusses how the practices in community psychology constitute a field of production of subjectivity, focusing on the cognitive politics derived from its epistemological, theoretical, and political assumptions. The text highlights the commitment with social change advocated by this area of psychology, emphasizing its effects on subjectivity produced in communities. From the issues raised, the authors note that the idea of conscientization, as well as the design of conflict from a oppressor-oppressed scheme, lead to incurring into a recognitive politics. The other hand, the dialogical approach of the community psychologist, as well as the value placed to the potential existing in popular areas, gets close to a politics of invention.

Keywords: community psychology; production of subjectivity; cognitive politics

Neste artigo, pretendemos discutir como as práticas em psicologia comunitária, especialmente aquelas desenvolvidas no contexto latino-americano, constituem um campo de produção de subjetividade, atentando para as políticas cognitivas derivadas de seus pressupostos epistemológicos, teóricos e políticos. Nessa empreitada, buscaremos alguns intercessores que nos auxiliem a ampliar a análise da psicologia comunitária no que diz respeito ao compromisso de transformação social que ela defende e observando seus efeitos para a subjetividade produzida em comunidades. Para realizar essa discussão, levaremos em conta, especialmente, a maneira com que a psicologia comunitária vem sendo desenvolvida no Ceará, sem perder de vista, entretanto, uma perspectiva comum aos trabalhos realizados em outros estados.

Conforme Montero (2004), nos países latino-americanos a psicologia comunitária surge nos anos

70, afirmando uma postura crítica à psicologia social que, na época, se pautava por uma perspectiva científica ancorada no subjetivismo e na fragmentação dos objetos de estudo, mostrando-se incapaz de responder adequadamente aos problemas sociais existentes. A psicologia comunitária, por sua vez, enfocava as potencialidades das comunidades, de modo a promover o seu fortalecimento. Os membros das comunidades passavam a ser compreendidos como tendo um papel central para a transformação da realidade e deixavam de ser meramente alvos ou usuários dos serviços de psicologia. Assim, caminhava-se rumo a uma postura ético-política orientada para a transformação social.

As bases para essa proposta de ação transformadora da realidade não se afirmaram, inicialmente, em construções teóricas e perspectivas de pesquisa abalizadas por questões do campo de estudo da psi-

ciologia (Arendt, 1997). Essa afirmação pode parecer contraditória, mas, historicamente (Montero, 2004), em vários países (à exceção de Porto Rico) a designação “psicologia comunitária”, além da construção de um arcabouço teórico próprio, é posterior às práticas e discussões que fundaram esta área. No momento de seu surgimento, a psicologia comunitária se alimentou, sobretudo, das práticas e discussões que estavam fundamentadas em perspectivas da sociologia, da educação, da política, dentre outras disciplinas, e se distanciavam de estudos psicológicos, considerados, como dissemos anteriormente, subjetivistas e inadequados à realidade latino-americana.

No Ceará isso também ocorreu. Os primeiros trabalhos desenvolvidos nesse estado datam do início da década de 1980 (Góis, 2003) e relacionavam-se à educação de adultos, tendo por base a proposta de Paulo Freire. A denominação psicologia comunitária só foi estabelecida no ano de 1987. Diversas disciplinas e propostas teóricas, tais como a pedagogia da libertação, a biodança e a teologia da libertação marcaram a sua constituição. A percepção desta interseção com outros campos de saber é relevante, na medida em que tais perspectivas irão influenciar concepções éticas e políticas da psicologia comunitária e, por conseguinte, os processos de subjetivação por ela engendrados.

Tratando da definição da psicologia comunitária, a princípio, poder-se-ia pensar que esta é delimitada exclusivamente por seu lócus de atuação. Porém, como nos mostra Freitas (1996/2002), pode-se estabelecer diferenças entre o que se denomina por psicologia na comunidade, psicologia da comunidade e psicologia comunitária. A psicologia na comunidade diria respeito a uma transposição de campos de atuação, tais como a clínica e a escola, para áreas que concentravam populações pobres. Tal intuito, iniciado nos anos 60, era o de promover uma deselitização da profissão.

A psicologia da comunidade costuma se referir à atuação de psicólogos que atendem à população por meio de algum órgão prestador de serviços, como postos de saúde, centros sociais, dentre outros. Finalmente, conforme Freitas (2007), por psicologia comunitária seriam definidos aqueles trabalhos que visam à conscientização e à participação, a partir da experiência cotidiana e comunitária. Tal proposta intenta também o fortalecimento dos laços de solidariedade e o aprimoramento das redes sociais, tendo em vista a construção de uma experiência coletiva de existência.

Vale sublinhar que a psicologia comunitária, a despeito de ter constituído um campo teórico e prático próprio, carrega consigo inúmeros pressupostos e posicionamentos das perspectivas das quais se apropriou em sua constituição. Dessa forma, alguns destes aportes serão abordados nas discussões travadas adiante, para que se

possa dar inteligibilidade aos processos de subjetivação implicados com a atuação da psicologia em comunidades.

Produção de subjetividade e políticas cognitivas

Traçadas essas definições mais gerais sobre a psicologia comunitária, e antes de passarmos à análise de alguns de seus conceitos, gostaríamos de apresentar o que compreendemos por produção de subjetividade, bem como discutir algumas políticas de subjetivação (Kastrup, 2006) postas em marcha na contemporaneidade. Ao situarmos a psicologia comunitária num quadro mais amplo, buscamos compreender alguns de seus propósitos a fim de tornar visíveis políticas de subjetivação que lhes são concernentes. Contudo, não desejamos afirmar uma visão exclusivista sobre as políticas de subjetivação ou mesmo limitar o seu entendimento aos argumentos expostos. Assim, pretendemos não somente descrever uma possível concepção de subjetividade presente na psicologia comunitária, mas também provocar interferências diante de outros interessados.

O conceito de produção de subjetividade, tal como propõem Deleuze e Guattari (1980/1995), busca se contrapor a uma concepção interiorizada de subjetividade, como domínio privado e oposto à dimensão objetiva da realidade. Para esses pensadores, ao invés de tratar a subjetividade como psiquismo ou como reflexo cognitivo do mundo objetivo, parte-se da concepção de que a mesma se insere num campo de produção anterior à própria constituição do sujeito e do objeto como formas fixas.

Ao pôr em evidência a ideia de produção, a subjetividade torna-se indissociável do coengendramento de si e do mundo. Todavia, esse princípio de coengendramento não se resume a uma relação dialética entre sujeito e objeto. Para os autores, os processos de subjetivação devem levar em consideração, especialmente, um outro plano, no qual as formas que determinam sujeito e objeto ainda se encontram indefinidas. Assim, Deleuze e Guattari (1980/1995) falam da existência de duas dimensões que a produção de subjetividade comporta e que concorrem igualmente para a criação da realidade: o plano das forças ou dos afetos e o plano das formas constituídas.

O plano das formas remete a um modo de apreensão do mundo que diz respeito às configurações atuais dos fenômenos, em outras palavras, aos contornos provisórios através dos quais a subjetividade se reconhece. Partindo de uma ontologia do devir, entende-se que as formas assumidas pelos corpos são desenhos sempre provisórios. Nesse sentido, corpos se referem tanto a indivíduos quanto a processos grupais ou so-

ciais. Uma instituição, por exemplo, pode ser descrita pelo seu organograma e pelos seus objetivos formais; no entanto, a descrição de suas formas atualizadas não esgota os processos micropolíticos que uma instituição atravessa no seu dia a dia, e que aos poucos tornam obsoletas as velhas formas de organização do coletivo que ela encerra.

Se, como diz Rolnik (2003), "conhecer o mundo como matéria-forma convoca a percepção, operada pelos órgãos de sentido, ... conhecer o mundo como matéria-força convoca a sensação, engendrada no encontro entre o corpo e as forças do mundo que o afetam" (p.79). No plano das forças de que falam Deleuze e Guattari, circulam vetores pré-individuais heterogêneos, sejam políticos, sociais, tecnológicos, econômicos ou artísticos, e que concorrem para a produção de subjetividade. Essas forças são linhas de virtualidade traçadas no agenciamento de intensidades e que produzem determinadas figuras subjetivas, ora aproximando-se de modelos serializados, ora desenhando processos de singularização.

Guattari e Rolnik (1986) discutem os efeitos dessas diferentes políticas de subjetivação. Nesse sentido, eles criticam uma subjetivação capitalística que modula os indivíduos pela fabricação de blocos serializados de valores, hábitos, crenças e desejos, dos quais os sujeitos seriam consumidores em busca de signos identitários. Por outro lado, os autores apontam a possibilidade de processos de singularização, nos quais os indivíduos ou grupos se arriscam na invenção de modos inéditos de relacionar-se com a vida e consigo mesmos.

Segundo Kastrup (2008), através da distinção entre plano das formas e plano das forças, considera-se que existe uma experiência ontológica na qual sujeito e objeto não existem como entidades *a priori*. Ao invés de definir as posições de sujeito e de objeto como aquilo que torna possível a experiência cognitiva, essas seriam melhor compreendidas como *efeitos* dessa experiência, como produtos decorrentes do próprio encontro entre os corpos. Assim, assume-se que as fronteiras entre sujeito e objeto não se delimitam através de suas linhas duras, mas de suas porosidades, de suas pontas de presente, de forma que "os processos de subjetivação e de objetivação fazem-se num plano aquém das formas, plano de forças moventes que, por seu agenciamento, vêm a configurar formas sempre precárias e passíveis de transformação" (Kastrup, 2005, p. 1276).

Compreendendo a existência concomitante desses dois planos, nos quais a realidade se produz, Guattari e Rolnik (1986) afirmam que "as criações de toda espécie implicam sempre, correlativamente, dimensões micropolíticas e macropolíticas" (p. 23). Nesse sentido, chama-se a atenção para o fato de que as mudanças sociais que a psicologia persegue, ao se

afirmar politicamente, devem mobilizar os dois níveis mencionados, sobretudo o plano das forças, caso se queira propor políticas de subjetivação que levem em conta as formações do desejo no campo social, e não apenas a luta contra as grandes desigualdades sociais. Desta feita, tem-se que as imposições perversas do capitalismo, a intransigência política de alguns governos e as diversas variantes da exploração econômica não seriam os únicos bloqueios aos processos de transformação no campo subjetivo.

Diante deste entendimento, é preciso dizer que, tal como outros trabalhadores (Guattari & Rolnik, 1986), o psicólogo comunitário se insere no campo social implicado com a produção de subjetividades. Na tentativa de elucidar tal implicação, trazemos a ideia de políticas de cognição como operador conceitual.

Tomando por referência o estudo da subjetividade tal como empreendido por Deleuze e Guattari, Kastrup (2007) se propõe a pensar as formas como a cognição tem sido problematizada nas políticas de subjetivação postas em marcha na contemporaneidade. Nessa perspectiva, a autora desenvolve o conceito de política cognitiva, pondo em questão como a construção de conhecimento está envolvida tanto nas práticas de pesquisa quanto nas demais práticas sociais. Nesse sentido, tenta-se abordar as relações que se estabelecem com a cognição, debatendo o modo como esta se configura em formas concretas. Procura-se avançar para além das discussões que giram exclusivamente em torno da estrutura e do funcionamento dos processos cognitivos. Tem-se, dessa forma, que a noção de política cognitiva se refere a "um tipo de atitude ou de relação encarnada, no sentido em que não é consciente, que se estabelece com o conhecimento, com o mundo e consigo mesmo" (Kastrup, 2007, p. 15) e se articula com uma perspectiva de cognição ampliada e inventiva (Kastrup, 1999).

Segundo a autora, a produção de subjetividade dominante se encontra comprometida com formas de pensar a cognição que se definem por esquemas de representação, estabelecendo lugares previamente determinados para sujeito e objeto. Para as ciências cognitivas tradicionais, caberia traçar as funções naturais que regem esta relação, estabelecendo critérios e normas invariáveis. A cognição passa, desse modo, a ser compreendida como organizadora de ações sobre um mundo dado *a priori*, cuja tarefa colocada ao sujeito é a de dominá-lo a partir da resolução de problemas (Kastrup, 1999). Esse modo de produção do conhecimento visa a eliminar a intempestividade própria da cognição, negando, portanto, sua função criadora e inventiva.

No entanto, a noção de política cognitiva remete à dimensão construtiva e processual da cognição e torna possível a inserção do tempo e das variações como maneiras de proceder ao seu estudo. Portanto, faz-se ne-

cessário investigar as formas que as políticas cognitivas assumem em lugares e contextos concretos, que podem se aproximar tanto da valorização do conhecimento como invenção de si e do mundo quanto da crença de que o mesmo “é configurado pelos esquemas cognitivos, pelas regras e pelo saber anterior” (Kastrup, 2006, p. 13). Ao retomar determinadas concepções e nelas vasculhar indícios que apontem saídas, afirmamos a processualidade da cognição como organização transitória de uma realidade múltipla, submetida ao plano das forças moventes. A realidade, ao invés de ser um dado natural, deve ser produzida no encontro com as subjetividades, em relações de acoplamento e coengendramento. Assim, sujeito e objeto são compreendidos como o resultado de experiências inventivas.

Nesse sentido, o estudo da cognição leva em consideração o plano coletivo e o plano dos afetos como base comum para a experiência. Pode-se, desta forma, pensar as conexões da cognição em seus aspectos éticos e políticos, quando de sua inserção no domínio social. Desse modo, compreende-se que existem duas formas opostas de tratar o problema da cognição: como representação ou como invenção de si e do mundo. Essas formas opostas encarnam políticas cognitivas distintas: as primeiras dão margens a políticas recognitivas, e as últimas, a políticas de invenção.

As políticas de invenção “exercitam a problematização, são afetadas pela novidade trazida pela experiência presente ... Ainda que as práticas cognitivas configurem regras, estas são tomadas como temporárias e passíveis de reinvenção” (Kastrup, 2006, p. 13). Enquanto isso, as políticas de recognição se configuram em duas direções.

A primeira evidencia uma atitude realista que faz com que lidemos com o mundo como se ele pré-existisse. A segunda é a atitude individualista. Agimos como se tivéssemos um eu, como se fôssemos o centro, a fonte e o piloto do processo de conhecimento. (Kastrup, 2006, p. 14)

A seguir, apresentamos brevemente algumas noções da psicologia comunitária. Retomaremos a exploração desse campo, cujas discussões serão o ponto de partida para os questionamentos que desenvolveremos mais adiante, a fim de pensar as políticas cognitivas em jogo nas suas práticas.

Algumas concepções da psicologia comunitária

Para Góis (1993/1994), a psicologia comunitária estuda os sentidos e significados produzidos e transformados pelos moradores da comunidade em sua vida cotidiana. O psicólogo comunitário “investiga o modo

de vida da comunidade e como se reflete e se transforma na mente dos seus moradores, e como, novamente, aparece em suas atividades concretas” (Góis, 1993/1994, p.18). Dessa maneira, a atividade comunitária constitui unidade fundamental sobre a qual o psicólogo comunitário deve se debruçar, a partir de sua análise e vivência.

A atividade comunitária diz respeito a “um sistema complexo de interações instrumentais e comunicativas” (Góis, 2005, p.87), que tem um caráter coletivo e de ação prática dentro da comunidade, voltado para a transformação objetiva da realidade. Tal atividade compreende o enlace de aspectos físicos e histórico-culturais e atende, simultaneamente, a demandas coletivas e individuais. A atividade comunitária é constituída de dimensões instrumentais e comunicativas que se realizam de forma não-dissociada. Dessa forma, delimita-se o fortalecimento da atividade comunitária como uma das metas de atuação em psicologia comunitária (Góis, 1993/1994).

Segundo o mesmo autor, a psicologia comunitária adota, a partir da teoria histórico-cultural, uma compreensão do psiquismo que pressupõe sua constituição social, histórica e culturalmente estabelecida (Vigotski & Luria, 1930/1996). Nesse sentido, através da atividade comunitária é possível avançar no estudo da consciência (Góis, 1993/1994). Tomando Leontiev (1959/1978), pode-se entender que “a consciência humana distingue a realidade objetiva do seu reflexo” (p. 69). Isto torna possível o planejamento e execução de ações que não são determinadas por sua finalidade imediata, mas que ganham significado dentro de um campo de linguagem. Em suma, “a consciência é o reflexo da realidade, refractada através do prisma das significações e dos conceitos linguísticos, elaborados socialmente” (Leontiev, 1959/1978, p. 88).

Além da teoria histórico-cultural, a Psicologia da Libertação, de Ignacio Martín-Baró (1998), e a Educação Popular, de Paulo Freire, são fortes vertentes de constituição da psicologia comunitária latino-americana, especialmente no caso do Brasil. Ambas vertentes também propõem um entendimento sobre a relevância do estudo da consciência e o papel da conscientização em trabalhos de transformação social.

Martín-Baró (1997) considera que a psicologia tem por objetivo acompanhar os processos da consciência humana, que corresponde ao saber dos sujeitos sobre si mesmos e sobre sua realidade. Paulo Freire (1970/1981), por sua vez, ao propor uma metodologia de educação popular, enfoca o problema da consciência como fundamental para o desenvolvimento da autonomia. Compreendendo que o fenômeno da consciência deve ser estudado pelo conjunto de relações que os indivíduos estabelecem ao longo da vida, o autor indica três níveis de consciência a serem considerados: a consciência semitransitiva ou mágica, a consciência transitiva ingê-

nua e a consciência transitiva crítica. À medida que se avança nesses níveis, o sujeito supostamente passa de uma consciência submissa e fatalista sobre o mundo para uma consciência na qual ele reconhece os determinantes históricos e sociais de sua realidade, ao mesmo tempo se reconhecendo capaz de intervir ativamente e promover transformações. Esse movimento define o que Freire chamou de processo de conscientização.

Imbricada a essa delimitação teórica, uma postura ética claramente comprometida com uma ação transformadora é demarcada pela psicologia comunitária. Tem-se em vista a necessidade de os moradores das comunidades se apropriarem da história e das possibilidades de transformação do lugar onde vivem (Lane, 1996/2002). Afirma-se a ideia de fortalecimento da autonomia dos moradores e da construção conjunta de mecanismos que ampliem suas possibilidades de transformação da realidade (Freitas, 1998).

Observamos também que, através de alguns conceitos, a psicologia comunitária aponta uma compreensão específica das relações de poder. São constantes as referências à situação de opressores e oprimidos e à necessidade de superação desta forma de organização social. Tais concepções ganham substância e funcionalidade em conceitos como "ideologia de submissão e resignação" e "caráter oprimido" (Góis, 2003).

A ideologia de submissão e resignação funcionaria como uma forma de controlar a tensão social decorrente de uma estrutura autoritária que se exerce sobre toda a sociedade. Tensão esta que se faria mais sentida pela classe oprimida, manifestando-se nas mais diversas práticas do oprimido e nas ações dos opressores. Por outro lado, tal ideologia se faz presente quando o oprimido é inferiorizado cultural, social ou economicamente. "Também se manifesta quando [o oprimido] ignora a realidade em que vive e acredita que só as autoridades podem resolver os seus problemas, ou quando tenta ser o próprio opressor" (Góis, 2003, p. 48).

Ainda segundo Góis (2003), o caráter oprimido encontra-se visceralmente vinculado às questões de produção e reprodução da vida material, em que se destaca a própria necessidade de sobrevivência imposta à classe oprimida. Tal situação estaria refletida na estruturação do mundo psicológico do oprimido, em oposição à estrutura psíquica da classe dirigente, para a qual as condições de sobrevivência não se configurariam como aspectos centrais.

A atuação da psicologia para a modificação dessas relações de poder e, por conseguinte, para a superação das condições de opressão, necessitaria de dois movimentos interligados para se realizar. O primeiro diria respeito a uma mudança das possibilidades de leitura da realidade a partir de um processo de conscientização, como designado por Paulo Freire: o avançar de uma

consciência mágica em direção a uma consciência crítica. A conscientização, portanto, é entendida como uma superação da "esfera espontânea de apreensão da realidade, para chegarmos a uma esfera crítica na qual a realidade se dá como objeto cognoscível e na qual o homem assume uma postura epistemológica" (Freire, 1980, p. 26). A conscientização se coloca como caminho para a formação de sujeitos comunitários comprometidos com a melhoria das condições de vida coletiva. Através do aprofundamento da consciência, o sujeito teria os meios de reconhecer sua situação de opressão e se tornaria apto a tecer estratégias coletivas de enfrentamento à exploração econômica e ideológica, bem como à miséria.

O segundo procedimento necessário à transformação das relações de poder, no trabalho da psicologia comunitária, estaria relacionado a uma recriação efetiva das formas de ação das pessoas diante da realidade, buscando ampliar as possibilidades de transformação social e a consequente superação das contradições presentes nas relações de opressão. Isso define o que se chama de fortalecimento da atividade comunitária, cuja conceituação fora esboçada anteriormente.

Esses dois procedimentos convergiriam na construção do sujeito comunitário, uma derivação inspirada no sujeito da história proposto por Lane (1984), definido por Góis (2005) como:

aquele que se descobre (compreende e sente) responsável por sua história e pela história do lugar, e que as constrói mediante sua atividade prática e coletiva no mesmo espaço físico-social em que vive e faz história de sofrimento, luta, encontro, realização e esperança ... [o sujeito comunitário] não se entrega, se não busca, em cooperação com os demais moradores, mudar a situação de suas vidas oprimidas e exploradas (pp. 52-53).

Como proceder para o alcance dos objetivos descritos alhures? Para além de qualquer ferramenta metodológica, podemos dizer que o maior instrumento da prática do psicólogo comunitário é o diálogo. Ressalte-se que, nesse âmbito, as contribuições de Freire (1970/1981) também se fizeram fundamentais. Por ser essencialmente realizada através de atividades em grupo, nas quais a reflexão, o debate e a participação ativa dos integrantes são imprescindíveis, o diálogo está no horizonte da prática do psicólogo. No entanto, ele não se trata de uma simples conversa onde cada um dá sua opinião sobre um assunto. O diálogo buscado pela psicologia comunitária exige uma postura diferenciada por parte do psicólogo, de valorização do saber e da experiência de vida dos sujeitos. Nesse sentido, o psicólogo busca facilitar a conversa, mais que conduzir seus rumos. Busca contribuir para o cultivo de um espaço de respeito à fala de cada um, compreendendo que o conhecimento é construção coletiva.

Tal postura implica uma abertura para a alteridade, um acolhimento da diferença, ao invés de rebatê-la ou negá-la, ao mesmo tempo em que se afirma uma necessidade de ação, tendo em vista que a conscientização não termina na apreensão das contradições do mundo, mas deve proceder à transformação do mesmo. Busca-se ir além da discussão, propondo ações práticas e coletivas que concorram para um avanço no tocante à construção de alternativas aos problemas reconhecidos, ações que também são desenvolvidas dentro de uma perspectiva dialógica.

Feita esta apresentação mais geral da psicologia comunitária, cabe agora tentar discernir os modos que ela engendra a produção de subjetividade e suas consequentes políticas cognitivas. Observamos que, a partir da forma como a psicologia comunitária constrói seus problemas dá-se lugar a políticas cognitivas ambíguas, que ora se aproximam de uma política da invenção, ora de uma política da reconhecimento. Vejamos, a seguir, os elementos que nos levam a pensar essa dupla implicação.

Riscos que deflagram uma política de reconhecimento

Vejamos primeiramente quais são os problemas presentes na psicologia comunitária que apontam para uma política recongnitiva. Observamos que a consciência é discutida tomando por base principalmente os postulados da psicologia histórico-cultural soviética, da psicologia da libertação e da educação popular de Paulo Freire (Góis, 2005). Por um lado, esses autores admitem que a consciência não pode ser reduzida a um fenômeno individual ou a suas características neurofisiológicas. No entanto, ainda que ela seja tratada como indissociável das relações históricas e sociais que o sujeito estabelece com o mundo, nos parece que seu entendimento não se desvincula de uma cisão epistemológica entre sujeito e objeto, na medida em que a consciência é definida como um reflexo psíquico do mundo objetivo. Ao defini-la nesses termos, incorre-se na concepção de que existe uma realidade prévia à experiência cognitiva, esperando para ser representada.

Tal separação entre sujeito e objeto implica barrar a possibilidade da cognição se fazer inventiva. Em outra via, na medida em que sujeito e objeto são compreendidos como efeitos de um encontro, de um coengendramento, coloca-se a possibilidade da cognição criar problemas e não meramente solucioná-los. Assume-se, assim, o caráter temporal da cognição, bem como sua constante capacidade de se diferenciar. Pretende-se, por conseguinte, ir além da busca de princípios invariantes que regulem o funcionamento

cognitivo. Kastrup (2005) ressalta ainda que “a invenção não é um processo que possa ser atribuído a um sujeito. A invenção não deve ser entendida a partir do inventor. O sujeito, bem como o objeto, são efeitos, resultados do processo de invenção” (p. 1275).

Em certa medida, o conceito de conscientização, também apropriado pela psicologia comunitária, pode se aproximar da lógica que compreende uma cisão entre sujeito e objeto, pressupondo uma realidade anterior à experiência cognitiva. A partir da tipologia dos níveis de consciência proposta por Freire (1970/1981), pode-se compreender que determinadas relações de conhecimento são mais autênticas e verdadeiras que outras. Haveria, portanto, experiências cognitivas distorcidas nas quais o sujeito não atinge um grau de lucidez correspondente com a verdade, o que seria corrigido com a conquista de uma consciência crítica. Determinadas apropriações destas noções feitas pela psicologia comunitária podem dar margem para as interpretações aqui debatidas:

A consciência ingênua caracteriza o momento em que o indivíduo se descobre na situação de opressão e de alienação, ao mesmo tempo em que busca sair dessa situação histórico-social e pessoal, ainda que sem clareza e profundidade na análise da realidade social e de si mesmo. A deformação da consciência ingênua, por ser insegura, leva à irracionalidade e ao fanatismo ... A principal característica da consciência crítica é a profundidade na explicação do mundo por princípios da razão. (Góis, 2005, p.108)

Corroborando com os argumentos apresentados até aqui, Aguiar e Rocha (2003), ao discutirem as relações entre pesquisa e intervenção, sinalizam que a concepção de um homem que se coloca à frente da realidade implica a reafirmação de uma cisão entre sujeito e objeto, pois “a emancipação está no descobrimento de fatores pré-determinados” (p. 67). Nesta perspectiva, contrapondo-se à ideia do advento de um homem crítico capaz de compreender e superar os corretos determinantes de uma situação de opressão, as autoras compreendem que “sendo a subjetividade efeito de múltiplas determinações em tensão, a consciência seria sempre parcial, existindo em permanente conflito no processo de entendimento da vida e, portanto, sem a possibilidade de um estado pleno de lucidez” (Aguiar & Rocha, 2003, p. 67).

No entanto, se compreendemos que o mundo não é um dado, mas é construção, a atitude cognitiva não pode ser resumida ao reconhecimento de fatores pré-existentes através do bom uso da razão. Acreditamos que o psicólogo deve ser cauteloso para que sua prática não engendre processos de subjetivação serializados, que intentem aproximar o morador da comunidade

de um protótipo que compreende e transforma a realidade de uma forma específica. Sujeito comunitário que ascenderia a uma consciência crítica e a partir daí compreenderia "corretamente" os nexos da realidade, perspectiva que se aproxima da atitude realista de que fala Kastrup (2006).

Como comentamos anteriormente, o conceito de conscientização também remete a uma determinada maneira de problematizar as relações de poder, o que, a nosso ver, exige uma revisão. Embora os trabalhos de psicologia comunitária não se limitem à denúncia das relações do tipo opressor-oprimido, esse ainda é um pensamento recorrente nas produções da área. Não queremos afirmar que a exploração e a opressão não existam ou que não sejam um problema a ser enfrentado também pelas práticas da psicologia. No entanto, é necessário compreender de outro modo a dinâmica dos antagonismos presentes nas relações comunitárias.

A princípio, correndo o risco de uma aproximação apressada, tendo em vista as características específicas e localizadas das análises de Foucault (1976/1990), afirmamos que a psicologia comunitária enxerga as relações de poder dentro do que esse autor chama de hipótese repressiva. A psicologia comunitária atinaria para um poder que se exerce de forma coercitiva, em relações verticalmente hierárquicas. Um tipo de poder que pode ser tomado, possuído como uma mercadoria, que partiria do aparelho do Estado e se aplicaria a partir dele. Na perspectiva da psicologia comunitária, há uma relação entre opressores e oprimidos; aqueles que detêm poder (político, econômico, ideológico, dentre outros) massacrando outros, que são aliados de condições mínimas de existência ou de possibilidades de luta e transformação social.

Ao encerrar os conflitos no esquema opressor-oprimido, a psicologia comunitária incorre novamente numa política da reconhecimento. Esse esquema acaba por homogeneizar o conjunto dos moradores da comunidade, já que na relação de opressão os lugares de oprimido e opressor já existem, para o que basta reconhecê-los, pois obedecem a uma ordem social instituída. Assim, "ao mesmo tempo que persegue a libertação, apega-se aos modelos identitários, e a solução é concebida pela tomada de poder do opressor, de destruí-lo para assumir os poderes que ele detém, o que mantém a lógica binária" (Rocha, 2007, p. 97).

Por outro lado, a própria inserção do psicólogo na comunidade acirra o olhar para relações vivas e dinâmicas, marcadas por disputas de força dentro do próprio espaço da comunidade, balizadas por resistências cotidianas e soluções coletivas, para a superação das condições duras de vida e mesmo, indo mais além, para a construção de formas singulares e criativas de

existência. As formas inusitadas que os moradores da comunidade encontram para solucionar seus problemas inauguram práticas criativas que não apenas combatem os transtornos, mas propõem novas frentes de subjetivação.

Percebemos que, mesmo sem a superação das relações de opressão, as estratégias de resistência têm sido possíveis. Ao mesmo tempo, também se observa a reprodução de formas de existir próprias de uma cultura capitalista marcada pelo individualismo. Não se pretende com isto apresentar características gerais das formas de vida em comunidade (cada inserção em um local específico apontaria aspectos significativos), mas mostrar que existem mais forças em jogo que uma detenção unilateral do poder.

Como propôs Foucault (1975/1979), consideramos mais proveitoso pensar o poder em sua positividade, que se estabelece de forma relacional, que não se detém, que não parte de um ponto específico da estrutura social, mas que se propaga. Uma forma de entender as relações de poder apontadas por esse autor em suas análises genealógicas é descrita por Machado (1981) da seguinte maneira: "não existe de um lado os que têm o poder e de outro os que se encontram dele alijados. Rigorosamente falando o poder não existe; existem sim práticas ou relações de poder" (p. 191).

Ao discutir as dinâmicas comunitárias, Montero (2003) se aproxima dessas ideias e aponta um caminho para a psicologia comunitária repensar as relações de poder que são tecidas na comunidade:

Esta concepção de poder, na qual não há uma relação marcada pela presença de um sujeito ou agente ativo e de um sujeito ou agente passivo, senão que supõe a presença de atores sociais dinâmicos em uma situação igualmente dinâmica, é de grande importância para a psicologia social comunitária, já que permite romper com a tradição de situar o poder em um pólo da relação e deixar o outro vazio de possibilidades e em estado de submissão ou de passividade. (p.52)

Esse é um dos pontos em que se pode repensar a prática dos psicólogos comunitários e que necessariamente leva a refletir sobre a tentativa de construção de formas de resistência locais: "E como onde há poder há resistência, não existe propriamente o lugar de resistência, mas pontos móveis e transitórios que também se distribuem por toda a estrutura social" (Machado, 1981, p. 192). Ao tentar construir essas possíveis resistências, alinhamo-nos com Guattari (Guattari & Rolnik, 1986), diante da necessidade de que elas se contraponham aos processos de subjetivação serializados e que apontem para a produção de singularidades.

Práticas que aproximam a psicologia comunitária de uma política da invenção

Passaremos agora a explorar quais são as potências que aproximam a psicologia comunitária de uma política de cognição inventiva, e que nos ajuda a organizar de outra maneira os problemas deste campo.

Uma postura que inaugurou a inserção da psicologia nos trabalhos comunitários foi a de valorizar as potencialidades existentes nos espaços populares. Essa posição é politicamente importante, uma vez que esses territórios são historicamente discriminados e na maior parte das vezes descritos exclusivamente pelas situações de violência e pobreza que apresentam. Principalmente nos grandes centros urbanos, as favelas são consideradas lugares onde até mesmo a moralidade dos seus moradores é questionável. Os habitantes das comunidades populares são alvo de preconceitos que dificultam sua circulação em outros espaços da cidade e criam barreiras de acesso a oportunidades de emprego e formação.

No entanto, as comunidades populares também experimentam movimentos inovadores de articulação coletiva, sobretudo no âmbito da produção cultural e das novas formas de trabalho em rede. Desde o início, a psicologia comunitária se mostrou sensível a essas potências, apostando na capacidade de mobilização e organização dos moradores, tanto no que diz respeito à reivindicação de direitos e de uma condição social mais igualitária quanto na proposição de novas formas de sociabilidade.

Consideramos, ainda, que a postura dialógica perseguida pelo psicólogo comunitário é um dos elementos que contribuem para a aproximação desta área a uma política cognitiva da invenção. Os momentos coletivos de discussão e de reflexão constituem boa parte do trabalho do psicólogo na comunidade, e exigem uma escuta atenta e aberta para as diferenças que se insinuam no encontro dos corpos. Através do diálogo, o psicólogo se disponibiliza a lidar com os desvios de percurso, quando as forças que compõem o coletivo assim solicitarem. O contato com a multiplicidade das relações comunitárias convida o psicólogo a manter-se em sintonia com os processos micropolíticos que não são tão evidentes, pois ainda não se concretizaram em formas prontas.

Essa perspectiva do diálogo para os trabalhos de psicologia comunitária reafirma a ideia de que as atividades nas quais o psicólogo está envolvido constituem uma tarefa compartilhada. Sua relação com os moradores ou com os demais atores que atuam na comunidade é de parceria, e não de simples favorecimento ou prestação de serviços. O esforço por manter esta postura é fundamental, no sentido de que a participação dos moradores seja realmente encarnada e propositiva. No

fundo, o que está em jogo é o agenciamento de desejos. Um dos grandes desafios do psicólogo comunitário é o de facilitar processos de produção de desejo. Na medida em que as pessoas envolvidas no trabalho se enxergam como parceiras, diminuem-se os riscos de uma imposição unilateral de desejo: “ao colocar uma estrutura de trabalho dialógica, horizontal, de intercâmbios e colaborações, se denunciam e se rechaçam as relações de saber de especialista dos agentes externos versus ignorância e impotência dos agentes internos” (Montero, 1999, p.10).

Na mesma direção, Freitas (1998) atenta para os diferentes modos de inserção do psicólogo na comunidade, levando em consideração a forma com que os objetivos do trabalho são definidos. Dependendo dos tipos de intervenção que têm sido feitos nas últimas décadas, os objetivos podem ser estabelecidos tanto a priori quanto a posteriori do processo de entrada do psicólogo na comunidade.

Quando a priori, a inserção se dirige de acordo com aquilo que o psicólogo pré-define como demanda, antes mesmo de conhecer a especificidade da realidade em questão. Quando a posteriori, a definição dos objetivos pode ser efetuada de duas formas: após realizar levantamento das condições próprias do lugar, o psicólogo toma para si a tarefa de determinar quais as questões mais urgentes; ou, após familiarizar-se com a dinâmica da comunidade, o psicólogo aponta questões conjuntamente com a população, num processo participativo. Neste último caso, o psicólogo certamente se arrisca mais, uma vez que sustenta o incômodo das incertezas: “os dois – psicólogo e comunidade – não estão definidos e muito menos têm suas identidades e papéis fixos, imutáveis e preservados” (Freitas, 1998, p.5).

No diálogo, as identidades dos envolvidos são postas em cheque quando há espaço para o acolhimento das diferenças e dos estranhamentos que o encontro suscita, tanto por parte dos moradores quanto por parte dos psicólogos. Os moradores têm a oportunidade de refletir sobre questões às vezes pouco debatidas no cotidiano, relativas ao local em que vivem, às relações que ali estabelecem, às formas de vida que construíram, em relação a si próprios, às posições que ocupam, dentre outros. Discutindo, apontam-se novas formas de falar dos velhos problemas, de se surpreenderem com o a proposta de alternativas mais eficazes ou mais conciliadoras. Além disso, há uma dimensão de aprendizagem que advém do encontro. Nos momentos de discussão, a experiência de participar, contribuir e sentir-se implicado com os resultados do processo é tão relevante quanto as decisões e os encaminhamentos objetivos tomados pelo coletivo, posto que quanto mais experimentamos o engajamento político com a vida em comum, mais aptos nos tornamos a tecer novas articulações.

Por sua vez, o psicólogo também se depara com alguns estranhamentos que muitas vezes dizem respeito à posição que ele ocupa. Por um lado, ele não vai a campo de mãos vazias, posto que traz o saber da psicologia e seus próprios desejos de transformação – neste sentido, ele não é apenas um mediador de processos, mas produtor. Por outro lado, ao tornar-se disponível para o diálogo, ele precisa lidar com as suas zonas de ignorância (visto que seu saber não é o do especialista que compreende de antemão o que é melhor para a comunidade) e deixar em suspenso suas expectativas pessoais quanto aos rumos do trabalho.

Os estranhamentos suscitados pela prática do diálogo são compartilhados e possibilitam novas formas de ler e de se posicionar diante de problemas que são construídos conjuntamente ao longo dos encontros entre psicólogo e moradores. Criação de problemas (Kastrup, 1999) que não encontra espaço nas políticas de reconhecimento. É preciso dizer que com isso não se espera o estabelecimento de uma simetria dos participantes entre si ou destes com o psicólogo. As relações de força tratadas anteriormente perpassam esse encontro, mas ganham espaço para se fazerem presentes e serem discutidas.

É importante salientarmos que, apesar de reconhecer na prática dialógica um meio de potencializar as relações produzidas em comunidade, é preciso ter certa cautela quando falamos em diálogo. Não compreendemos que no diálogo as discussões propiciadas se orientem rumo a uma verdade transcendente, ou que este se resuma a um meio de encontrar a solução para os problemas da comunidade. No diálogo que desejamos o que se busca é a exploração dos conflitos e do dissenso suscitado no encontro entre heterogêneos.

A busca pelo consenso, perseguida por numerosas perspectivas em psicologia comunitária, aponta um risco grave e que passa muitas vezes disfarçadamente sob os ideais progressistas e humanitários das práticas. Sem dar-se conta, o psicólogo comunitário pode interromper o movimento circular e vacilante da política com o intuito de fazer valer uma comunhão apaziguadora para dar conta de um conflito, e perde a chance de aproveitar o que ele traria de intempestivo (Prado, 2002).

É em torno desses posicionamentos que acreditamos que a psicologia comunitária se aproxima de uma política de invenção. Afirmamos com Kastrup (2006): "o que está em questão é a invenção de novas subjetividades e de um mundo comum e heterogêneo" (p. 16).

Conclusão

Ao percorrermos as propostas trazidas pela psicologia comunitária, fazemos a seguinte pergunta: até que ponto a psicologia comunitária se exerce como potência para uma ação micropolítica implicada com

a criação de formas de singularização diante das serializações capitalistas? Mesmo que a concepção de subjetividade proposta por esta área tenha uma pretensão revolucionária, é necessário cautela quanto às formas de tecer estratégias coletivas de resistência. Fazem-se pertinentes as possibilidades de abertura para novas leituras da realidade, para novas formas de compreender as relações estabelecidas nas comunidades, mas as formas de leitura não se esgotam na produção de subjetividade baseada num modelo de consciência crítica.

Deixamos alguns alertas para aqueles psicólogos que se dispõem a realizar ações comunitárias: por que não construir formas locais de resistência, a partir dos modos singulares de existir que podem advir? Isso não significa que os psicólogos comunitários devam ter uma postura neutra ou que não adotem uma postura combativa e desejem experimentar formas de resistências. Entretanto, como já afirmamos, deve-se estar alerta quanto à imposição unilateral do desejo. Cabe àqueles que atuam em comunidades permanecer atentos para que tais perspectivas de resistência se produzam no encontro com as pessoas, de modo que moradores e psicólogo possam dialogar sobre contra o que desejam lutar, se desejam ou não resistir e de que forma pretendem fazer isso.

Ao afirmar seu engajamento com a luta das minorias sociais, tendo em vista contribuir com processos de resistência e autonomia dos coletivos, a psicologia comunitária ganha terreno para se construir em sintonia com uma política subjetiva de invenção de si e do mundo. No entanto, faz-se necessário não esquecer que as formas de resistência não estão nem prontas nem garantidas, devendo ser fabricadas caso a caso, e retomadas de tempos em tempos. As estratégias de singularização não constituem um programa a ser seguido, posto que são locais, contingentes, provisórias e sujeitas à transformação. Se a superação das formas de opressão se mantém no horizonte da psicologia, é preciso entender que esta é uma tarefa a ser sempre posta em questão e renegociada.

Nota

- * Agradecemos à Profa. Veriana Colaço, do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFC, e à Profa. Virgínia Kastrup, do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFRJ, pelas preciosas contribuições de ambas às ideias desenvolvidas neste trabalho.

Referências

- Aguiar, K. F. & Rocha, M. L. (2003). Pesquisa-intervenção e a produção de novas análises. *Psicologia Ciência e Profissão*, 23(4), 64-73.

- Arendt, R. J. J. (1997). Psicologia Comunitária: teoria e metodologia. *Psicologia Reflexão e Crítica*, 10(1), 7-16.
- Deleuze, G. & Guattari, F. (1995). *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia* (Vol. 4, S. Rolnik, Trad.). São Paulo: 34. (Original publicado em 1980)
- Freire, P. (1980). *Conscientização: teoria e prática da libertação. Uma introdução ao pensamento de Paulo Freire*. São Paulo: Cortez e Moraes.
- Freire, P. (1981). *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. (Original publicado em 1970)
- Freitas, M. F. Q. (1998). Inserção na comunidade e análise de necessidades: reflexões sobre a prática do psicólogo. *Psicologia reflexão e crítica*, 11(1), 175-189.
- Freitas, M. F. Q. (2002). Psicologia na comunidade, psicologia da comunidade e psicologia (social) comunitária: práticas da psicologia em comunidade nas décadas de 60 a 90, no Brasil. In R. H. F. Campos (Org.), *Psicologia Social Comunitária. Da solidariedade à autonomia* (pp. 54-80). Petrópolis, RJ: Vozes. (Original publicado em 1996)
- Freitas, M. F. Q. (2007). Intervenção psicossocial e compromisso: desafios às políticas públicas. In A. M. Jacó-Vilela & L. Sato (Orgs.), *Diálogos em Psicologia Social* (pp. 108-123). Porto Alegre: Evangraf.
- Foucault, M. (1979). *Microfísica do poder* (R. Machado, Trad.). Rio de Janeiro: Edições Graal. (Original publicado em 1975)
- Foucault, M. (1990). *História da sexualidade I. A vontade de Saber*. (M. T. C. Albuquerque & J. A. Albuquerque, Trad.). Rio de Janeiro: Graal. (Original publicado em 1976)
- Góis, C. W. L. (1994). *Noções de psicologia comunitária*. Fortaleza: Edições UFC. (Original publicado em 1993)
- Góis, C. W. L. (2003). *Psicologia comunitária no ceará: uma caminhada*. Fortaleza: Instituto Paulo Freire de Estudos Psicossociais.
- Góis, C. W. L. (2005). *Psicologia comunitária. Atividade e consciência*. Fortaleza: Instituto Paulo Freire de Estudos Psicossociais.
- Guattari, F. & Rolnik, S. (1986). *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Kastrup, V. (1999). *A invenção de si e do mundo*. Campinas, SP: Papyrus.
- Kastrup, V. (2005). Políticas cognitivas na formação do professor e o problema do devir-mestre. *Educação e Sociedade*, 93(26), 1273-1288.
- Kastrup, V. (2006). Subjetividade coletiva e estratégia de alterização: por uma política de invenção de novas práticas de pesquisa e intervenção social. In V. F. R. Colaço, F. P. H. A. Pinheiro & J. F. Silva (Orgs.), *Reflexos III – PET – Psicologia/UFC: políticas de subjetivação nas práticas sociais* (pp. 13-25). Fortaleza: UFC.
- Kastrup, V. (2007). O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo. *Psicologia & Sociedade*, 19(1), 15-22.
- Kastrup, V. (2008). O método da cartografia e os quatro níveis da pesquisa-intervenção. In L. R. de Castro & V. Besset (Orgs.), *Pesquisa-intervenção na infância e adolescência* (pp. 465-489). Rio de Janeiro: Nau.
- Lane, S. T. M. (1984). A psicologia social e uma nova concepção do homem para a psicologia. In S. T. M. Lane & W. Codo (Orgs.), *Psicologia social: o homem em movimento*. São Paulo: Editora Brasiliense.
- Lane, S. T. M. (2002). Histórico e fundamentos da Psicologia Comunitária no Brasil. In R. H. F. Campos (Org.), *Psicologia Social Comunitária. Da solidariedade à autonomia* (pp. 17-34). Petrópolis, RJ: Vozes. (Original publicado em 1996)
- Leontiev, A. (1978). *O desenvolvimento do psiquismo* (M. D. Duarte, Trad.). Lisboa: Livro Horizonte. (Original publicado em 1959)
- Machado, R. (1981). *Ciência e saber: a trajetória da arqueologia de Foucault*. São Paulo: Graal.
- Martín-Baró, I. (1997). O papel do psicólogo. *Estudos de Psicologia*, 2(1), 7-27.
- Martín-Baró, I. (1998). *Psicología de la Liberación*. Madrid: Editorial Trotta.
- Montero, M. (1999). De la realidad, la verdad y otras ilusiones concretas: para una epistemología de la psicología social comunitária. *Psykhé*, 8(1), 9-18.
- Montero, M. (2003). *Teoría y práctica de la psicología comunitaria. La tensión entre comunidad y sociedad*. Buenos Aires: Paidós.
- Montero, M. (2004). *Introducción a la psicología comunitaria. Desarrollo, conceptos y procesos*. Buenos Aires: Paidós.
- Prado, M. A. M. (2002). A Psicologia Comunitária nas Américas: o individualismo, o comunitarismo e a exclusão do político. *Psicologia Reflexão e Crítica*, 15(1), 201-210.
- Rocha, T. G. (2007). *A partilha do sensível na comunidade: encontros possíveis entre psicologia e teatro*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Rolnik, S. (2003). O caso da vítima: para além da cafetinagem da criação e de sua separação da resistência. *ARS (São Paulo)*, 1(2), 79-87.
- Vigotski, L. S. & Luria, A. R. (1996). *Estudos sobre a história do comportamento: o macaco, o primitivo e a criança* (L. L. Oliveira, Trad.). Porto Alegre: Artmed. (Original publicado em 1930)

Recebido em: 15-12-2009

Revisão em: 31-08- 2010

Aceite em: 18-10-2010

Tatiana Gomes da Rocha é Psicóloga e doutoranda em Psicologia na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Mestrado em Psicologia pela mesma instituição (2007). Endereço: Universidade Federal do Rio de Janeiro. Av. Pasteur, 250. Pavilhão Nilton Campos, 2o. andar. Urca. Rio de Janeiro, RJ, Brasil. CEP 22290-902. Email: tg.rocha@yahoo.com.br

Francisco Pablo Huascar Aragão Pinheiro é Psicólogo do Departamento de Desenvolvimento Humano da Universidade Federal do Ceará (UFC) e doutorando em Educação na mesma instituição. Possui formação em Psicologia pela UFC (2005) e Mestrado em Psicologia (2008) pela mesma instituição. Email: pablohap@hotmail.com

Como citar:

Rocha, T. G. & Pinheiro, F. P. H. A. (2011). Políticas cognitivas da psicologia comunitária: a meio caminho entre a reconição e a invenção. *Psicologia & Sociedade*, 23(3), 486-495.